

O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, ganhou pontos com a classe média quando reagiu ao aumento do Imposto de Renda para pessoas físicas.

E já ganhou a parada: se o projeto não for retirado do pacote, será alterado, para redução do aumento (ao invés de 10% na alíquota, com 5% de aumento) ou reduzindo de dois para um ano o período de vigência.

O governo, porém, não vai perder. Para surpresa da equipe econômica, parte do Congresso a oferta de aumentar a alíquota da CPMF em substituição ao aumento do Imposto de Renda para pessoas físicas que seria retirado do "pacote fiscal".

A proposta chegou a entrar na lista de medidas do ajuste fiscal, mas acabou sendo retirada. Os argumentos eram de que o imposto incide em cascata e fica totalmente amarrado a gastos com a saúde. Porém, o cenário está mudando. Muitos no Congresso entendem que esse imposto sobre cheque não é percebido pela população — não irrita o contribuinte — como o aumento do IR no contra-cheque.

O líder Luís Eduardo Magalhães garante que não haverá o aumento da alíquota da CPMF.